



**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA
DE S. FRANCISCO DA CIDADE**

RELATÓRIO E CONTAS

2019

13 MARÇO 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO



O Resultado do Exercício de 2019 foi de -441.516 euros.

Este Resultado assenta em Rendimentos de 14.793.814 euros e em Gastos de 15.235.329 euros.

O Resultado Operacional foi positivo em 318.344 euros.

Os Rendimentos diminuíram face ao ano de 2018 em cerca de 1,4 %, considerando os efeitos extraordinários.

Os Gastos tiveram também um decréscimo mas de 0,4 % em relação ao ano anterior, reduzindo-se os gastos variáveis em cerca de 5 % e havendo um aumento dos gastos de estrutura em cerca de 7 %.

Os Gastos de Estrutura que apresentaram maior crescimento de 2018 para 2019 foram as rubricas de Rendas e Alugueres e de Limpeza.

Nas Rendas e Alugueres, rubrica com maior crescimento de Gastos, constata-se que se trata do aluguer do novo TAC e do aluguer e manutenção de colonoscópios e do laser do Instituto Oftalmológico e, ainda, da assistência técnica e aluguer das impressoras do HOTC. No entanto, o acréscimo de custo associado ao Laser Oftalmológico tem contrapartida nos Rendimentos, decorrente da faturação da quota-parte dos Médicos Oftalmologistas da sociedade.

Na rubrica da Limpeza verificou-se a substituição de parte de um serviço interno por um serviço externo. No primeiro quadrimestre de 2020 far-se-á uma reavaliação desta situação.

Este Resultado de -441.516 euros, apesar de ser um número negativo considerável, significa, no entanto, uma evolução positiva a assinalar pois o Resultado de 2018 que havia sido negativo em 299.332 euros, apresentava uma incorreção de 229.294 euros resultante de um erro de faturação (valor que este ano foi considerado em Resultados Transitados), o que significa que o Resultado de 2018 deveria ter sido de -528.626 euros. Assim sendo, regista-se uma evolução positiva de 87.110 euros nos Resultados do HOTC.

O ano de 2019 ficou marcado essencialmente por uma profunda alteração da política do Hospital no que respeita às cirurgias SIGIC. Isto deveu-se ao facto de o Estado, através dos seus organismos próprios (Hospitais Públicos) estar a pagar com muito atraso essas cirurgias. Esse atraso chegou a ultrapassar os dois anos, não entrando no Hospital valores muito importantes quer para a gestão do próprio Hospital, obrigado a pagar aos seus Colaboradores e aos seus vários prestadores de produtos e serviços, quer em honorários médicos.

A meio do ano, foi decidido reduzir drasticamente o número de cirurgias SIGIC realizadas, para que a situação financeira do Hospital não se degradasse para números preocupantes a curto/médio prazo.

Conseguiu-se assim inverter, a partir do início do segundo semestre de 2019, a queda do saldo do Ativo Corrente de Caixa e Depósitos Bancários, permitindo uma recuperação em seis meses do saldo financeiro das cirurgias SIGIC em mais de 1 milhão e 100 mil euros.

Esta política teve implicações económicas negativas para o Hospital, já que se procedeu a uma alteração na composição da estrutura das cirurgias (caíram as cirurgias SIGIC e outras cirurgias que as estão a substituir só aparecem aos poucos) e não se procedeu a uma dispensa de Colaboradores por se entender como prioritário defender os postos de trabalho existentes.

Interessa ainda realçar importantes indicadores da atividade do HOTC neste ano de 2019:

1. O número total de cirurgias sofreu um decréscimo de 7 %, fechando o ano com um total de 6016 cirurgias realizadas. No entanto, se não se considerarem as cirurgias SIGIC, constata-se um crescimento de 2 % no número total de cirurgias.
Verificaram-se decréscimos das cirurgias SIGIC e da área da ADSE, mas subiram as realizadas ao abrigo de entidades seguradoras e particulares, que são as que dão maior rendimento ao Hospital.
2. O número de Consultas efetuadas cresceu em 2 %, tendo sido realizadas 45.977. O número de Exames manteve-se estável, excetuando a área da Fisioterapia, chegando a um total de 65.604.
3. O serviço de Atendimento 8 – 20 teve o seu primeiro ano, ainda incompleto, de atividade, atendendo durante o ano um total de 1.040 doentes.
4. Também o novo serviço de tomografia axial computadorizada realizou exames a cerca de 700 doentes.

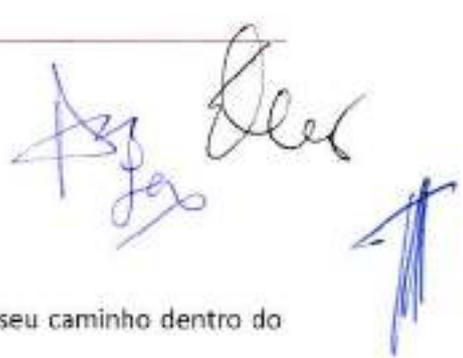
O ano de 2019 ficou, ainda, marcado por uma ação muito próxima junto do Bloco Operatório com o objetivo de controlar o melhor possível os gastos desta unidade permitindo uma cada vez mais eficiente utilização dos recursos, quer humanos quer operacionais.

A preocupação em dotar o Hospital de mais e melhores quadros superiores foi patente durante o ano, tal como a preocupação em olhar pelos que têm remunerações mais baixas, melhor adequando os seus salários.

Continuou-se a dar seguimento à política de investimento em novos equipamentos médicos, de várias especialidades, com o objetivo de dotar o Hospital da modernidade necessária à prossecução dos seus objetivos.

Finalmente referir que o HOTC investiu pela primeira vez em publicidade junto de meios de comunicação social, designadamente no meio rádio, nos canais de maior audiência nacional.

A Casa de São Francisco continua a exercer a sua função social junto dos mais idosos aí residentes, num esforço contínuo de grande proximidade a essas pessoas.



POLÍTICAS FUTURAS

2020 será o ano em que definitivamente o HOTC terá de encontrar o seu caminho dentro do meio hospitalar da Grande Lisboa e, sobretudo, da cidade de Lisboa.

Tornar-se cada vez mais conhecido neste meio é chave para o seu futuro e é aí que tem que estar uma importante aposta do Hospital.

Ter uma atenção muito especial à sua rentabilidade, acompanhando de perto a sua atividade, é um objetivo fundamental a seguir.

Apostar nos seus Recursos Humanos para que sejam eles o grande baluarte da organização. Há, pois, que olhar de uma forma especial para a sua motivação.

Estar atento a tudo o que se vai passar na área da ADSE, pois esperam-se novas políticas e naturais adequações na relação com esta entidade.

Continuar a apostar nas entidades seguradoras e nos privados como forma de melhorar a rentabilidade da empresa.

Melhor apetrechar toda a estrutura da área de Sistemas de Informação do Hospital para esta garantir um serviço verdadeiramente de qualidade superior aos seus doentes.

No entanto, a pandemia que começou a alastrar por todo o nosso país, e por todo o mundo, nos inícios de 2020 obrigou o HOTC a praticamente fechar as suas portas para a realização de cirurgias, consultas ou exames.

Assim, apenas a Casa de São Francisco está a funcionar em pleno e com os devidos constrangimentos e cuidados sanitários.

Esta situação, que se prevê tenha a duração de alguns meses, irá provocar um forte abalo nas contas de 2020, com naturais e graves consequências financeiras.

Desde já a gestão do Hospital garantiu os postos de trabalho dos seus Colaboradores, principais responsáveis pelo trabalho desenvolvido no HOTC.

O aproveitamento de apoios estaduais nesta difícil fase é algo que se irá analisar cuidadosamente.

Todos estes constrangimentos não impedirão o Hospital de continuar o seu trabalho na área da saúde, mesmo que sejam necessárias adaptações a novos cenários.

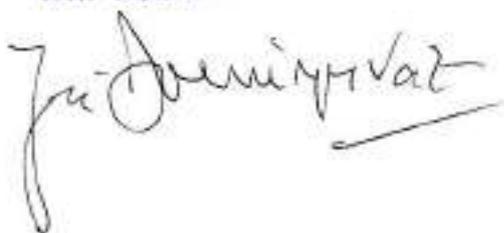
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado apurado no valor de -441.516 euros seja levado a Resultados Transitados.

Lisboa, 10 de março de 2020



José António



Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

ABC
LT
K
L

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	5
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	8
3.1. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	16
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	17
5. Ativos Intangíveis.....	18
6. Investimentos financeiros.....	19
7. Inventários.....	19
8. Créditos a receber.....	19
9. Estado e outros entes públicos.....	20
10. Outros Ativos Correntes.....	20
11. Diferimentos.....	21
12. Caixa e depósitos bancários.....	21
13. Fundos Patrimoniais.....	21
14. Financiamentos Obtidos.....	22
15. Fornecedores.....	22
16. Outros passivos correntes.....	22
17. Vendas e serviços prestados.....	23
18. Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
19. Fornecimentos e serviços externos.....	24
20. Gastos com o pessoal.....	24
21. Aumentos/Redução de Justo Valor.....	24
22. Outros rendimentos.....	25
23. Outros gastos.....	25
24. Outras divulgações.....	26
25. Acontecimentos após a data do balanço.....	26
26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26

Balança

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária Euros	
		Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	9.125.588	9.565.082
Ativos intangíveis	5	43.004	58.480
Investimentos financeiros	6	20.279	11.963
Subtotal		9.188.871	9.635.526
Ativo corrente			
Inventários	7	528.499	532.581
Créditos a receber	8	4.287.141	4.330.784
Estado e outros Entes Públicos	9	5.167	17.565
Outros ativos correntes	10	6.129.939	6.023.283
Diferimentos	11	53.049	44.106
Caixa e depósitos bancários	12	3.011.036	3.555.153
Subtotal		14.014.831	14.503.471
Total do ativo		23.203.702	24.138.997
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	1.722.476	1.722.476
Reservas	13	10.384.943	10.384.943
Resultados transitados	13	5.007.555	5.536.181
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13	208.554	227.223
Resultado Líquido do período		-441.516	-299.332
Total dos fundos patrimoniais		16.882.012	17.571.491
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	14	5.821	15.801
Subtotal		5.821	15.801
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.405.860	1.998.675
Estado e outros Entes Públicos	9	136.982	127.044
Financiamentos Obtidos	14	10.019	9.993
Diferimentos	11	1.696	2.415
Outros passivos correntes	16	4.761.312	4.413.578
Subtotal		6.315.868	6.551.706
Total do passivo		6.321.689	6.567.506
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		23.203.702	24.138.997

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, 13 de Março 2020

O Contabilista Certificado nº. 68985

Luís António da Silva Marques Costa-Ord.

O Conselho da V.O.T.S.F.

SRP *AS* *LD*

Demonstração dos Resultados por Naturezas

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	17	14.531.418	14.649.565
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1.582	5.162
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-3.280.998	-3.751.559
Fornecimentos e serviços externos	19	-7.066.763	-6.810.568
Gastos com o pessoal	20	-4.007.359	-3.867.075
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	0	5.322
Aumentos/reduções de justo valor	21	-5.434	2.143
Outros rendimentos	22	259.735	-339.340
Outros gastos	23	-113.837	-128.738
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		318.344	443.592
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-759.860	-742.924
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-441.516	-299.332
Resultados antes de impostos		-441.516	-299.332
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-441.516	-299.332

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, 13 de Março 2020

O Contabilista Certificado nº. 68985

Janete Cristina da Costa Magalhães C. R. L.

O Conselho da V.O.T.S.F.C.

ABE
LT

[Handwritten signatures]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		13.849.596	12.838.179
Pagamentos de subsídios		-2.210	-20.708
Pagamentos de apoios		-1.003	-3.165
Pagamentos a fornecedores		-10.544.148	-9.359.205
Pagamentos ao pessoal		-3.935.404	-3.850.785
Caixa gerada pelas operações		-633.168	-395.684
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		159.467	-49.142
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-473.702	-444.826
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-307.005	-681.158
Activos intangíveis		-25.793	-37.996
Investimentos financeiros		-7.672	-5.103
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		19.030	23.121
Juros e rendimentos similares		21.666	30.490
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-299.773	-670.645
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1.582	5.162
Fluxos de caixa das actividade de Financiamento (3)		1.582	5.162
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.587.967	5.698.276
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.816.073	4.587.967

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, 13 de Março 2020

O Contabilista Certificado nº. 69085

O Conselho da V.O.T.S.F.C.

Luís António Luís Augusto Pinto

ABE
Luís António Luís Augusto Pinto

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2018

Euros

DESCRIÇÃO	Netas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	1.722.476	10.384.943	5.521.423	245.892	14.758	17.889.492
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0	0	14.759	-18.669	-14.758	-18.669
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-299.332	-299.332
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-314.090	-318.001
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6=1+2+3+5	1.722.476	10.384.943	5.536.181	227.223	-299.332	17.571.491

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DA CIDADE

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2019

Euros

DESCRIÇÃO	Netas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	1.722.476	10.384.943	5.536.181	227.223	-299.332	17.571.491
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação RIC de 2018	7			-299.332		299.332	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	8	0	0	-229.294	-18.669		-247.963
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	9					-441.516	-441.516
RESULTADO INTEGRAL	10=7+8					-142.184	-589.479
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	11	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	12=6+9+11	1.722.476	10.384.943	5.007.555	208.554	-441.516	16.882.012

Anexo

(Quantias estão expressas em euros exceto quando expressamente indicado de outra forma)

Este documento contém as divulgações pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF – ESNL), que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em referência ao exercício de 2019.

1. Identificação da Entidade

A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade, adiante designada por VOT\$FC, é uma instituição sem fins lucrativos, tendo-lhe sido concedido o estatuto de IPSS conforme publicação no Diário da República de 11/12/1989, Série III, com sede em Lisboa, na Rua Serpa Pinto, nº 7.

A Fraternidade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade foi erigida no início do século XVII (1615), no reinado de D. João IV.

Em 1672, Frei Domingos da Cruz decidiu fundar 3 enfermarias, que, mais tarde deram origem ao Hospital da Ordem Terceira. Em 1755, o hospital e o convento ficaram destruídos com o grande terramoto de 1 de Novembro, tendo sido adquirido em 1770 um terreno para a construção do novo hospital, que ficou concluído em 1779.

A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade presta serviços na área da saúde (consultas, exames médicos, cirurgias e internamento) e gere a Casa de S. Francisco, valência com proximidade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o regime de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), conforme disposto no Decreto-lei 36-A/2011 de 9 de Março, o qual faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de Julho, ambos com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º8259/2015 de 29 de Julho – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL);
- Portaria n.º218/2015 de 23 de Julho – Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);
- Portaria n.º220/2015 de 24 de Julho – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL);

ABP
LT
fz
↑

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-ESNL.

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela VOTSFC na preparação das demonstrações financeiras foram consistentemente aplicadas aos dois períodos apresentados e descrevem-se abaixo:

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.2. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a VOTSFC avaliou e considera ter todas as condições para continuar a operar no futuro previsível, mantendo o seu nível de atividade de prestação de serviços cumprindo os seus fins estatutários.

3.1.3. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas de Balanço.

3.1.4. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.5. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

A informação considerada relevante quanto à sua natureza e materialidade terá apresentação separada nas demonstrações financeiras discriminadas nas notas deste anexo.

3.1.6. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.7. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. A informação comparativa foi incluída ainda na informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

Respeitando o Princípio da Continuidade da VOTSFC, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os *Ativos Fixos Tangíveis* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, bem como os custos diretamente atribuíveis às atividades

necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a VOTSFC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas. As grandes reparações que permitam atividades presentes e futuras adicionais são registadas como Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais por imparidades acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4-16
Equipamento de transporte	8
Outros activos fixos tangíveis	4-16

A VOTSFC revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o método de depreciação e o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Imparidade

A VOTSFC avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a entidade estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados.

ADP
LI

As Propriedades de Investimento são reconhecidas com Ativos Fixos Tangíveis.

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As *Propriedades de Investimento* são registadas pelo seu custo de aquisição ou valor atribuído no caso de doações. As depreciações são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica *Gastos de depreciação e de amortização*, e são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Imparidade

A imparidade das Propriedades de Investimento é determinada tendo por base os critérios descritos nos Ativos Fixos Tangíveis.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os *Ativos Intangíveis* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Imparidade

A imparidade das Propriedades de Investimento é determinada tendo por base os critérios descritos nos Ativos Fixos Tangíveis.

3.2.3. Inventários

Os *Inventários* estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

A VOTSFC adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

No final do ano a entidade avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;

Este ponto é aplicável a todos *Instrumentos Financeiros*.

Créditos a receber

Os *Cientes* e os *Outras Ativos Correntes* encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das *Perdas por Imparidade*, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *Perdas por Imparidade* são registadas na sequência de eventos ocorridos que, através de informação recolhida, apontam que o saldo em dívida não será recebido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

Outros ativos financeiros

À data de relato a VOTSFC avalia todos os seus ativos financeiros à cotação de 31 de Dezembro por contrapartida de resultados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *Caixa e depósitos bancários* inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em *Fornecedores e Outras passivas correntes* são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica *Fundos Patrimoniais* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *Fundos Patrimoniais* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, Ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a VOTSFC analisa eventuais obrigações presentes (legais ou construtivas) que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade. Assim, a VOTSFC reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a VOTSFC reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

3.2.8. Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade de saldo a receber, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido

ABE
↳



3.2.9. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores, independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de gastos com o pessoal:

- Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Contas a Pagar".

3.2.10. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2.11. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o NCRF-ESNL, a Direção utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da entidade são como segue:

- Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela entidade.

- Reconhecimento de prestações de serviços e de gastos inerentes

A Entidade reconhece os réditos e os respetivos gastos no momento em que os mesmos se tornam efetivos, ou seja, no momento em que a prestação de serviços é efetuada ou o gasto é realizado.

A utilização deste método requer que a entidade estime:

- Os réditos de serviços a prestar inerentes aos gastos efetivos já registados;
- Os gastos a reconhecer inerentes a serviços já prestados e já totalmente reconhecidos como rédito do exercício.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo referente a créditos a receber.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

A entidade constitui imparidades para clientes sobre os créditos vencidos, analisados caso a caso, onde calcula um ajustamento de 100% da dívida vencida.

3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A entidade não fez qualquer alteração voluntária às Políticas Contabilísticas e/ou Alterações de Estimativas no atual período, razão pela qual as divulgações requeridas sobre este tema não são aplicáveis.



4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis

	31 de Dezembro de 2018					Saldo em 31-Dez-2018
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	420.471	0	0	0	0	420.471
Edifícios e outras construções	13.555.593	313.261	0	0	0	13.868.855
Equipamento básico	6.308.125	206.394	244.019	0	0	6.270.500
Equipamento de transporte	26.152		0	0	0	26.152
Equipamento administrativo	2.396.486	163.711	7.406	0	0	2.552.791
Outros activos fixos tangíveis	164.369	8.263	7.216	0	0	165.417
Investimentos em curso	1.464	36.197	1.464	0	0	36.197
Total	22.872.660	727.817	260.105	0	0	23.340.382
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6.253.428	331.815	0		0	6.585.263
Equipamento básico	5.444.967	236.759	203.620	0	0	5.478.107
Equipamento de transporte	26.152		0	0	0	26.152
Equipamento administrativo	1.659.823	122.559	7.332	0	0	1.775.049
Outros activos fixos tangíveis	119.712	9.523	6.199	0	0	123.036
Total	13.504.081	700.677	217.152	0	0	13.987.606

	31 de Dezembro de 2019					Saldo em 31-Dez-2019
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	420.471	0	0	-31.408	0	389.062
Edifícios e outras construções	13.868.855	72.906	0	-327.371	0	13.614.389
Equipamento básico	6.270.500	197.043	1.795.417	0	0	4.672.128
Equipamento de transporte	26.152		0	0	0	26.152
Equipamento administrativo	2.552.791	73.544	136.917	0	0	2.489.419
Outros activos fixos tangíveis	165.417	8.465	1.379	0	0	172.503
Investimentos em curso	36.197			-36.197	0	0
Total	23.340.382	351.969	1.933.713	-394.976	0	21.363.653
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	6.585.263	327.398	0	-203.085	0	6.709.575
Equipamento básico	5.478.107	246.613	1.758.934	0	0	3.965.786
Equipamento de transporte	26.152		0	0	0	26.152
Equipamento administrativo	1.775.049	123.162	136.791	0	0	1.761.420
Outros activos fixos tangíveis	123.036	10.173	1.321	0	0	131.889
Total	13.987.606	707.348	1.897.046	-203.085	0	12.594.822

Em 2019 foi feita uma atualização do cadastro de imobilizado, sendo retirados bens que já não estavam afetos à atividade e que se encontravam totalmente amortizados, sendo na sua maioria aparelhos médico-cirúrgicos diversos.

Os aumentos do ano respeitam essencialmente também à aquisição de aparelhos médico-cirúrgicos.

Propriedades de Investimento

No que concerne às *Propriedades de Investimento* os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações do exercício	Saldo em 31-Dez-2018
Edifícios Alhandra	4.951	0	0	0	-212	4.739
Andar Linda-a-Velha	27.320	0	0	0	-599	26.736
Edifício Damais	61.625	0	0	0	-1.088	60.538
Loja Tomás da Anunciação	122.159	0	0	0	-1.876	120.294
Total	216.079	0	0	0	-3.773	212.306

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações do exercício	Saldo em 31-Dez-2019
Edifícios Alhandra	4.739	0	0	0	-212	4.528
Andar Linda-a-Velha	26.736	0	0	0	-599	26.137
Edifício Damais	60.538	0	0	0	-1.088	59.450
Loja Tomás da Anunciação	120.294	0	0	0	-1.876	118.418
Edifício R. Serpa Pinto Nº 5	0	0	0	155.694	-7.470	148.223
Total	212.306	0	0	155.694	-11.243	356.756

De referir que em 2019 foi reclassificada para propriedade de investimento o Edifício da Rua Serpa Pinto n.º 5, tendo em conta a celebração do Acordo em Fevereiro de 2019, sendo que ainda aguarda os respetivos licenciamentos para que seja efetivamente ativado.

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Goodwill	0	0	0	0	0	0
Projectos de Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Programas de Computador	591.975	46.751	0	0	0	638.726
Investimentos em curso	15.080	18.401	0	-27.156	0	6.326
Total	607.055	65.152	0	-27.156	0	645.052
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	548.097	38.474	0	0	0	586.571
Total	548.097	38.474	0	0	0	586.571

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Quanto						
Programas de Computador	638.726	10.066	0	0	0	648.792
Investimentos em curso	6.326	15.727	0	0	0	22.054
Total	645.052	25.793	0	0	0	670.845
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	586.571	41.269	0	0	0	627.841
Total	586.571	41.269	0	0	0	627.841

6. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a VOTSFC, detinha os seguintes *Investimentos Financeiros*:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros	20.279	11.963
Fundo de Compensação do Trabalho	20.174	11.858
Papeis de Crédito	11	11
Renda Perpetua	94	94
Total	20.279	11.963

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2019 a rubrica *Inventários* apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias	649.328	3.586.846	47.966	532.581	3.289.452	-12.536	528.499
Total	649.328	3.586.846	47.966	532.581	3.289.452	-12.536	528.499
Quanto das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				3.751.559			3.280.998

8. Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica *Cientes* encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Cientes e Utentes c/c	4.427.146	4.470.790
Cientes	4.287.141	4.330.784
Cientes de cobrança Duvidosa	140.006	140.006
Perdas por imparidade em Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-140.006	-140.006
Cientes	-140.006	-140.006
Total	4.287.141	4.330.784

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2019	2018
Perdas por Imparidade	0	0
Reversões de Imparidades	0	5.322
Total	0	5.322

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de *Estado e outros Entes Públicos* está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.167	17.565
Total	5.167	17.565
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	57.826	50.197
Segurança Social	78.121	76.846
Outros Impostos e Taxas (IVA A PAGAR)	1.035	0
Total	136.982	127.044

10. Outros Ativos Correntes

A rubrica *Outros Ativos Correntes* tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.259.651	4.881.740
Remunerações a pagar	0	749
Outros Devedores	65.251	107.981
C.G.D. Obrigações	805.037	1.009.671
Millennium (Unidades Participação)	0	23.143
Total	6.129.939	6.023.283

A conta *Devedores por acréscimos de rendimentos* diz respeito à especialização de receita relativa a atos médicos do período para os quais ainda não ocorreu a respetiva faturação, sendo sobretudo atos relativos ao SIGIC.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica *Diferimentos* englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	31.611	17.600
Outros	21.437	26.505
Total	53.049	44.106
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Imóveis	1.696	2.415
Total	1.696	2.415

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de *Caixa e Depósitos Bancários*, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	1.271	1.445
Depósitos à ordem	1.107.265	1.406.208
Depósitos a prazo	1.902.500	2.147.500
Total	3.011.036	3.555.153

13. Fundos Patrimoniais

Nos *Fundos Patrimoniais* ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	1.722.476	0	0	1.722.476
Reservas	10.384.943	0	0	10.384.943
Resultados transitados	5.536.181		-528.626	5.007.555
Outras variações nos fundos patrimoniais	227.223	0	-18.669	208.554
Total	17.870.823	0	-547.295	17.323.528

Em 2019 foi registado na conta #567 de *Resultados Transitados* um acerto referente a uma Nota de Crédito no valor de 229.294 euros emitida em Julho de 2019, para retificar um erro na faturação de Dezembro 2018 no mesmo montante. Desta forma os resultados e o saldo de clientes de 2018 encontravam-se sobreavaliados no mesmo montante.

14. Financiamentos Obtidos

O saldo da rubrica de *Financiamentos obtidos* é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locações Financeiras	9.979	5.821	15.801	9.979	15.801	25.780
Outros Empréstimos	40		40	14	-	14
Total	10.019	5.821	15.840	9.993	15.801	25.794

Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2019, a Entidade tem os seguintes bens em regime de Locação Financeira:

Descrição	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Equipamento administrativo	36.824	18.412	18.412	36.824	9.206	27.618
Total	36.824	18.412	18.412	36.824	9.206	27.618

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	9.979	-	9.979	9.979	0	9.979
De um a cinco anos	5.821	-	5.821	15.801	0	15.801
Total	15.801	-	15.801	25.780	0	25.780

15. Fornecedores

A rubrica *Fornecedores* desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	1.405.860	1.998.675
Total	1.405.860	1.998.675

16. Outros passivos correntes

A rubrica *Outros Passivos Correntes* desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0	1.466	0	0
Remunerações a pagar	0	1.397	0	0
Sindicatos	0	70	0	0
Adiantamentos de clientes	0	396.374	0	364.859
Credores por acréscimos de gastos	0	4.214.610	0	3.852.329
Outros credores	0	148.861	0	196.390
Total	0	4.761.312	0	4.413.578

A conta *Credores por acréscimos de gastos* diz sobretudo respeito à especialização dos honorários clínicos de atos já praticados, ainda não faturados, e às férias e subsídio de férias, cujo direito foi adquirido em 2019, a pagar em 2020.

Esta rubrica foi adicionada aos outros passivos correntes de acordo com a NCRF-ESNL.

Os outros credores englobam essencialmente honorários clínicos, já apurados, por pagar e mensalidades da Casa de S. Francisco.

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes serviços prestados:

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços		
Serviços a Doentes	11.774.682	12.083.380
Outros Serviços a Doentes	2.756.069	2.564.763
Receitas Diversas	667	1.422
Total	14.531.418	14.649.565

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Para os períodos de 2019 e 2018 foram registados os seguintes montantes em doações, referentes a valores monetários:

Descrição	2019	2018
Doações	1.582	5.162
Total	1.582	5.162

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos *Fornecimentos e serviços externos* nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados, dos quais:	6.464.760	6.450.404
Honorários	5.490.761	5.491.026
Trabalhos Especializados	636.005	608.279
Conservação e reparação	185.642	209.953
Materiais	76.370	53.100
Energia e fluidos	202.254	194.509
Deslocações, estadas e transportes	13.884	13.228
Serviços diversos, dos quais:	309.494	99.326
Seguros	27.820	21.794
Comunicação	21.020	17.026
Rendas e Alugueres	255.546	29.548
Total	7.066.763	6.810.568

20. Gastos com o pessoal

Os órgãos sociais da Venerável Ordem de S. Francisco da Cidade são o Conselho da Fraternidade, constituído por 7 membros, o Conselho Fiscal, constituído por 3 membros, e a Mesa da Assembleia Geral, constituída por 3 membros.

Os órgãos sociais da VOTSFC não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 e em 2019 ascendeu a 197 e 204 empregados, respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações do Pessoal	3.220.076	3.127.211
Indemnizações	18.476	-3.367
Encargos sobre as Remunerações	704.789	681.110
Seguro Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	49.645	33.501
Outros Gastos com o Pessoal	14.372	28.621
Total	4.007.359	3.867.075

21. Aumentos/Redução de Justo Valor

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registados os seguintes aumentos/reduções:

Descrição	2019	2018
Perdas por reduções de Justo valor	-6.533	-1.672
Ganhos por aumentos de justo valor	1.079	3.814
Total	-5.434	2.143

Estes valores resultam da atualização das aplicações financeiras de acordo com os valores de mercado a 31 de Dezembro de 2019.

ADP

LT

22. Outros rendimentos

A rubrica de *Outros rendimentos* encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	30.864	9.370
Descontos de pronto pagamento obtidos	9.835	18.779
Ganhos em inventários	31.602	62.299
Rendimentos nos restantes activos financeiros	800	4
Rendimentos em investimentos não financeiros	17.427	22.377
Outros rendimentos	169.207	226.512
Total	259.735	339.340

Uma vez que os juros suportados e os juros obtidos incluídos nos *Outros Gastos* e *Outros Rendimentos*, respetivamente, por não se tratarem de gastos/rendimentos de financiamento, a Demonstração dos Resultados não apresenta resultados financeiros.

No entanto, para uma melhor compreensão dos gastos e rendimentos obtidos com as aplicações financeiras, apresentamos o mapa seguinte a que chamámos de Resultados Financeiros:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Perdas por Reduções do Justo Valor	6.513	1.672
Total	6.513	1.672
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	21.666	30.490
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	1.079	3.814
Outros rendimentos similares		70
Total	22.745	34.375
Resultados financeiros	16.233	32.703

23. Outros gastos

A rubrica de *Outros gastos* encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	7.434	1.647
Descontos de pronto pagamento concedidos	14.773	12.915
Perdas em inventários	41.377	11.073
Gastos investimentos não financeiros	17.427	44.749
Outros Gastos	32.826	58.354
Total	113.837	128.738

24. Outras divulgações

Em 2018, a VOTSFC recebeu por meio de dois ofícios uma comunicação do Instituto Público de Gestão Participada relativamente à necessidade de regularizar parte da faturação realizada e paga pelo Hospital à ADSE, relativa a serviços prestados nos exercícios de 2015 e 2016, num montante total de, 179 milhares de euros e 189 milhares de euros, respetivamente. A Entidade apresentou, em fevereiro de 2019, pronúncia em sede de audiência prévia argumentando que o pedido de correção havia sido ilegal e incorreto e conseqüentemente a revogação da intenção de qualquer acerto de pagamento. O processo não conheceu outra evolução desde esse momento. A VOTSFC, suportada pelos seus assessores legais, entende que as regularizações comunicadas pelo cliente não são justificadas e como tal as mesmas não são devidas, pelo que as presentes demonstrações financeiras não consideram o possível impacto que a situação descrita poderia ter.

25. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A VOTSFC não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

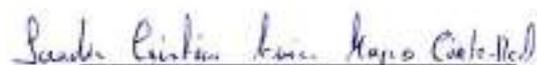
Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da VOTSFC perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

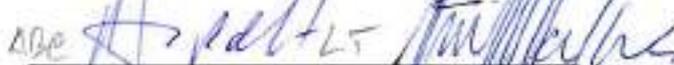
Os honorários estimados a serem faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o exercício de 2019, serão no montante de 12.500,00€ (valor sem IVA incluído), desde modo foi este o valor provisionado para este exercício.

Lisboa, 13 de Março de 2020

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº 68985

O CONSELHO DA VOTSFC





Certificação Legal das Contas



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 23.203.702 euros e um total de fundos patrimoniais de 16.882.012 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 441.516 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para as situações seguintes:

1. Conforme divulgado na nota 24 do Anexo, a Entidade recebeu uma comunicação do seu cliente ADSE relativamente à necessidade de regularizar parte da faturação realizada e paga, relativa a serviços prestados nos exercícios de 2015 e 2016, num montante total de, 179 milhares de Euros e 189 milhares de Euros, respetivamente. A Entidade, suportada pelos seus assessores legais entende que as regularizações comunicadas não se encontram justificadas e como tal não são devidas, pelo que as presentes demonstrações financeiras não consideram qualquer possível impacto.
2. Os recentes desenvolvimentos resultantes da doença provocada pelo novo coronavírus ("Covid-19"), declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, condicionou de forma determinante a sociedade e aumentou a incerteza sobre a atividade operacional e desempenho financeiro das Organizações. O órgão de gestão divulgou no seu Relatório de Gestão os desenvolvimentos resultantes da pandemia já identificados, contudo entende não ser possível, face à elevada incerteza existente e com base na informação disponível, quantificar os seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras. É convicção do mesmo que, dependendo da profundidade extensão temporal dos impactos desta pandemia, que a situação de liquidez e a estrutura dos seus fundos serão suficientes para a continuidade da atividade e missão da entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Outras Matérias

Os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que são apresentados para efeitos comparativos, não foram por nós examinados. A respetiva Certificação Legal das Contas foi emitida por uma outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a 28 de março de 2019, sem reservas, e com uma ênfase, à qual se aplica ao exercício corrente.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 6 de abril de 2020

Borges & Silva, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel Fernando de Andrade Borges'.

Manuel Fernando de Andrade Borges - ROC n.º 1067
Registado na CMVM com o n.º 20160679

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, no cumprimento das disposições estatutárias e no exercício das suas competências, vem apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuou e dar o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas apresentados pelo Conselho da V.O.T. de S.Francisco da Cidade referentes ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade da V.O.T de S.Francisco da Cidade junto do seu Conselho ao qual agradece a colaboração que lhe foi prestada, tendo sempre obtido os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor e obedeceram aos requisitos legais aplicáveis, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial.

Foi também analisado o Relatório de Gestão do Conselho, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções desenvolvidas. O Conselho Fiscal realça a evolução positiva relativamente ao Resultado do ano anterior, excluindo o montante da incorrecção resultante de um erro de facturação e cujo valor não foi incluído no Resultado de 2018.

Contudo e atendendo à situação pandémica que vivemos, o Conselho Fiscal não pode deixar de manifestar a sua preocupação no futuro do Hospital caso não haja uma evolução positiva de Resultados.

Salientamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida, sobre as demonstrações financeiras supra referidas, pelos auditores "Borges & Silva, SROC, Lda.", em resultado da incumbência que lhes foi atribuída e face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que se aprove:

- o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019; e
- a proposta de aplicação de resultados, no valor de -441.516€ constante do Relatório de Gestão.

Com Votos de Paz e Bem

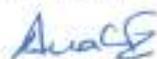
Lisboa, 4 de Junho de 2020



(Maria Ana G. C. C. Velasco Martins)



(Cecília Margarida Oliveira Campos Martins)



(Ana Cristina Alves Fernandes dos Santos)